

Artigo: Evolução da auditoria interna governamental: Da conformidade à gestão de riscos

Posted on 20 de maio de 2025

Evolução da auditoria interna governamental: Da conformidade à gestão de riscos

O surgimento da auditoria está ligado ao início das atividades econômicas desenvolvidas pelo homem, desde o ano 2600 a.c., na Suméria, para a conferência do rendimento dos bens confiados a terceiros, seguido pela criação dos primeiros órgãos de controle governamental na França, em 1318, e Inglaterra, em 1314, por fim com a consolidação como prática sistematizada tal como hoje a conhecemos, no fim do século XIX, com a Revolução Industrial.

No Brasil, a atividade iniciou no contexto da pré-contabilidade pública, sob a vigência da Constituição Federal de 1824, com a criação do Tribunal do Tesouro Público Nacional. Seguidamente, desde a Proclamação da República até os dias atuais, a auditoria interna governamental perpassa pelo modelo de Contadoria-Geral da República de Controle Interno, pela criação do Tribunal de Contas, pela estruturação do Sistema de Controle Interno, por redução do foco em conformidade e conferência para o fortalecimento do foco em processos e resultados, pela expansão para além da contabilidade, redefinição das funções de controle interno, auditoria interna e a complementariedade de atuação nas três linhas de gestão, avaliações e consultorias baseadas em governança, gestão de riscos e controles, automação das atividades e alinhamento com normas e práticas internacionais.

No primeiro estágio, a atenção era na comparação de informações prestadas e na confirmação da existência de bens e valores demonstrados, orientado pelo controle contábil. Em um segundo momento, a preocupação foi a identificação de irregularidades e fraudes, a partir do controle formal. Por conseguinte, ainda em consolidação, a atuação com vistas a verificar a eficiência dos controles, processos e resultados, e de identificar oportunidades de melhoria, direcionada pela governança estratégica e gerenciamento de riscos, com a utilização de ferramentas tecnológicas e sistematização internacional de normativos e boas práticas.

Assim, o paradigma atual da auditoria interna governamental requer o apoio de suas atividades perante a contínua evolução de uma abordagem repressiva para a pedagógica, com a concretização das funções típicas de avaliação e consultoria, e interação secundária com a função atípica de inspeção e apuração.

Desse modo, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, a Auditoria Interna – AUDIN é vista como um instrumento de governança, sendo impulsionada ao propósito de agregar e proteger o valor desta organização, através da institucionalização das atividades com o Estatuto da AUDIN, respectivo código de ética e manual de procedimentos – Resolução TJAC n. 255/2021, da indicação como instância interna de apoio à governança e gestão de riscos, conforme as Resoluções TJAC n. 268/2022 e 270/2022, de sítio eletrônico setorial com a divulgação de todas as atuações da AUDIN em prol da transparência pública, da escolha do Auditor Chefe como membro, junto ao CNJ, do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – SIAUD-Jud, da especialização dos servidores auditores conforme o plano anual específico de capacitação, da participação na prova de conceito para a avaliação e implementação de inteligência artificial generativa, da reestruturação administrativa setorial diante o modelo de excelência da gestão 2025-2027, da implantação do modelo de capacidade de auditoria interna (IACM) e programa de gestão e melhoria da qualidade em consonância com as normas globais de auditoria interna para o setor público delineadas pelo CNJ e Instituto dos Auditores Internos (IIA e IIA Brasil).

Portanto, a atual definição de auditoria interna governamental parte da conformidade rumo à gestão de riscos, ao substituir a inspeção e revisão de atuações e decisões passadas, sem uma grande necessidade de visão estratégica e criatividade pelo compromisso de suas atividades às expectativas do seu cliente-cidadão e dos seus parceiros estratégicos, a partir do planejamento estratégico da organização, com uma atuação construtiva, colaborativa, ágil e eficiente, onde seja preferível conhecer os riscos a solucionar problemas.

Elaborado por Rodrigo Roesler e Jullyana Barbosa.